



O PÁTIO DO COLÉGIO: UMA CONSTRUÇÃO COLONIAL DO SÉCULO XX

Regina Dragiça KALMAN

I – INTRODUÇÃO

A cidade de São Paulo de Piratininga foi fundada a partir de um colégio, em 25 de janeiro de 1554, pelos jesuítas da Companhia de Jesus, com o objetivo de catequizar índios, e por essa razão fizeram o Colégio a meia légua de Piratininga e três léguas da Vila de Santo André da Borda do Campo. Poderiam, assim, ter mais liberdade de trabalho, sem a influência direta das duas Vilas.

No entanto, o povoado cresceu muito em torno do Colégio, necessitando-se a construção de uma igreja para atender toda a demanda religiosa. Mais tarde, o nome do seu padroeiro, São Paulo, passou a toda a Capitania.

A segunda igreja edita, foi em 1556 e a terceira, construída de 1667 a 1681, quando foi inaugurada, dava à vila de São Paulo muita imponência com sua torre de telha dourada. Sua torre foi reconstruída, depois no século XVIII, vindo abaixo com o desabamento e demolição em 1896, após a expulsão definitiva dos jesuítas do Brasil.

Recentemente, em 1554, quatrocentos anos depois de sua fundação, começou um movimento para a “reconstrução” do antigo Colégio. Na falta do modelo da primeira igreja, feita de taípa, foi resolvido

que seria utilizada a imagem da terceira igreja. Para isso foram estudadas diversos fotos, quadros, numa reconstrução iconográfica possível, que depararam em inúmeras dificuldades, pois o livro de Tombo dos jesuítas foi destruído após sua saída do país.

No entanto, não foi unânime o aceite dos arquitetos paulistas, pois realmente o material a ser usado na “reconstrução” não poderia ser da época obviamente, seria, portanto, uma construção visual, tendo como referência o original, e não teria, na realidade um patrimônio histórico autêntico.

Apesar da dicotomia de opiniões, iniciou-se a “reconstrução” e a urbanização do pátio histórico, com uma série de dificuldades.

Primeiro foi erguido o prédio referente ao Colégio, hoje Museu do Anchieta, e depois a igreja. Muitas dificuldades financeiras prolongaram esse trabalho durante anos.

Assim, com os prós e contra, o sítio da fundação da cidade de São Paulo foi reconstruída: uma construção feita no século XX com o estilo do século XVII, um barroco num prédio novo. A sua validade histórica ou não, é uma resposta que fica em aberto.

II – HISTÓRICO

No planalto da Capitania de São Vicente, havia duas povoações na época: a Vila de Santo André da Borda do Campo, iniciada por João Ramalho casado com a índia Bartira, filha do cacique Tibiriçá e a aldeia de Piratininga.

O fato da fundação do povoado de Piratininga a 12 de outubro de 1532 foi feita por Martim Afonso de Souza, com o foral de Vila, fato comprovado em “O Diário de Navegação”, descrita por Pero Lopes de Souza, testemunha ocular assim descrito: “... determinou de povoar e deu a todos os homens terra para fazerem fazendas e fez uma vila na ilha de São Vicente e outra a nove léguas dentro do sertão a borda de um rio que se

chama Piratininga e repartiu a gente nestas duas vilas e fez nelas oficiais e pôs tudo em boa obra de Justiça...”¹.

O padre Manoel da Nóbrega esteve na aldeia para celebrar a missa da fundação da aldeia em 29 de agosto de 1553, quando deixou dois “irmãos” no local onde se iniciaria um colégio, que no século XVIII passaria a ser o Pátio do Colégio. A mensagem oficial foi dirigida ao Rei D. João III em 1º de junho de 1553, assinando Tomé de Souza, Governador Geral do Brasil, o que modifica um pouco a data oficial da fundação de São Paulo, que, no entanto, só teve êxito depois dos jesuítas, os executantes reais da criação da futura cidade.

A Capitania de São Vicente abria um campo de trabalho e sólidas perspectivas de evangelização e assim um colégio foi fundado numa colina entre o rio Tamanduateí e o riacho Anhangabaú, local onde Nóbrega já estivera anteriormente. Ficava a três léguas da Vila de Santo André da Borda do Campo e a meia légua da Vila de Piratininga, para que a catequização dos selvícolas não sofresse influências negativas das duas aldeias, que vivessem nas proximidades do Colégio deveria submeter-se às regras dos jesuítas, ou seja, um padrão de trabalho, disciplina, conduta e religiosidade do povoado nascente.

Quando o padre Manoel da Nóbrega esteve no povoado de Piratininga, em 1553, fez construir uma modesta palhoça, no alto da colina, nos campos abertos de Piratininga, oficializando-o em 29 de agosto do mesmo ano, batizou cinquenta indígenas e mestiços, e deixou no local os irmãos Manuel de Paiva e Manuel de Chaves. A construção da residência dos religiosos foi feita de pau-a-pique, que servia simultaneamente de escola, enfermaria, dormitório, refeitório, cozinha e dispensa.

O alojamento dos primeiros irmãos foi feito com a ajuda dos índios chefiados por Tibiriçá (batizado Martim Afonso Tibiriçá), sendo pequena e paupérrima, com a técnica dos índios guainas e tupiniquins, que por serem nômades, não tinham interesse e habilidade de construções de

(1) Biblioteca da Torre do Tombo (códice 51-IX-17) in Geraldo Moraes “A Igreja e o Colégio dos Jesuítas de São Paulo”, pág. 12.

durabilidade, e em 1554, enquanto esperava os irmãos que viriam da Bahia, o padre Nóbrega fez a residência dos padres, uma cabana maior, que iria alojar mais gente e a Escola dos Meninos, além de uma capela, onde foi celebrada e missa. No dia 25 de janeiro de 1554, pelo padre Manuel de Paiva, juntamente com os irmãos José de Anchieta (contando com 19 anos e ainda noviço) e Diogo Jácome. Por ser comemorado neste dia pela Igreja a conversão do apóstolo São Paulo, foi dado ao Colégio o seu nome, que acabou depois, por se estender para toda a Capitania.

Essa primeira construção obedecia à técnica de construção rural portuguesa, trazida ao Brasil no início do século XVI. Trata-se de processo anterior à taipa, onde as paredes possuem uma armação de paus, varas ou taquaras verticais equidistantes e horizontais, situadas alternadamente do lado de fora e do lado de dentro, tendo o cipó como amarração. Essa trama de taquaras fixadas, em baixo nos alicerces e, em cima nos esteios, é preenchida de barro socado.

Segundo a descrição por Anchieta, a área ocupada pela choupana abrangia 14 passos careveiros de comprimento por 10 de largura, medida antiga portuguesa que corresponde, na escala atual, a 95,28m².².

III – CONTRUÇÃO DA IGREJA E DO COLÉGIO

O núcleo populacional começou a aumentar após três anos com uma população brasilíndia, resultando da mescla de portugueses vindos das vilas de São Vicente e Santo André da Borda do Campo, e dos índios e mamelucos residentes nas redondezas do Colégio. Devido às regras rígidas dos jesuítas, que não permitiam a entrada de mulheres e crianças nos cômodos dos padres e irmãos, surgiu a necessidade da construção de uma igreja para o ensino e catequizaçãõ a que se propuseram.

A Igreja e o Colégio foram feitos sob a orientação do padre Afonso Brás, que também elaborou os projetos e dirigiu os membros da

(2) Geraldo Moraes – idem, pág. 18.

Companhia de Jesus, auxiliados pelos índios guaianás. A telha artesanal, importante para a estabilidade da estrutura de terra e contra a erosão, permitiu a cobertura do templo.

A inauguração do Colégio e da Igreja ocorreu em 1º de Novembro de 1556, com uma procissão com o Santíssimo e missa de ação de graças, celebrada pelo padre Luiz de Grã, novo Provincial do Brasil, e sucessor de Manuel da Nóbrega.

Num tablado em frente à Igreja, foi apresentado um espetáculo teatral sobre o drama da Paixão, com os meninos índios, alunos do irmão José de Anchieta. Era sua forma pedagógica de ensinar e catequizar os selvícolas.

Não se tem um documento descritivo dessa Igreja, apenas sabe-se que era pequena e modesta, construída de taipa de pilão, coberta de telhas. Tinha um relicário de Santo Lenho e alguns instrumentos musicais, inclusive um bonito órgão, chamado de “realejo”, trazido de Lisboa.

No colégio ensinava-se latim, alfabetizava-se os índios, na sua própria língua, pois os jesuítas, principalmente José de Anchieta, aprendia o tupy-guarani. Anchieta era muito estimado pelos “curumis”, os meninos índios, que o chamavam de “Paye-guassu” – O Grande Pajé. Ensinava-os em sua língua e encenava as peças teatrais religiosas e historietas de fácil captação para as crianças e adultos, contando parábulas e narrativas da vida de Jesus, às vezes contados em versos, na língua nativa, compostas por Anchieta.

Além das matérias escolares, eram ensinados outros ofícios, como marcenaria, carpintaria, lavoura e criação.

Em 1561, um ano depois de elevação do arraial à categoria de Vila, ocorreu a invasão em São Paulo de Piratininga, pelos índios tamoios, amigos dos franceses, que invadiram a Baía de Guanabara e fundaram a França Antártica na ilha de Serigipe (hoje Villegagnon). Foi necessário edificar às pressas, o núcleo residencial com uma mural, feita com taipa de sebe e pau-a-pique.

A atrocidade dos ataques foi combatida pelos índios guainás, chefiados por Tibiriçá, evitando um massacre, e derrotando-os. Tibiriçá faleceu um ano depois, em 25 de dezembro de 1562, cujos funerais feitos por Anchieta, foram dignos de um herói, sendo sepultado sob o altar-mór da Igreja dos jesuítas, que ele ajudou a construir.

Com a criação da paróquia de São Paulo, iniciou-se uma Igreja Matriz para abrigar o vigário Lourenço Dias Machado, que durante sua construção de 1591 a 1611, ficou hospedado na Igreja do Bom Jesus.

Em 1611, D. Matheus da Costa Aborim, bispo da diocese do Rio de Janeiro, determinou que São Paulo seria o padroeiro da Matriz e a Igreja do Colégio, sob o orago do Senhor Bom Jesus. A imagem de São Paulo foi doada pelos jesuítas à Matriz. Em 1623, D. Matheus determinou que Santo Inácio de Loila (fundador da Companhia de Jesus e canonizado em 1621) fosse o novo padroeiro da Igreja do Colégio, porém a imagem de Nosso Senhor Bom Jesus permaneceu no trono do altar-mór.

Em 1640 agravam-se as relações entre os paulistas bandeirantes, que escravizam índios, principalmente os catequizados, e os seus defensores, os membros da Companhia de Jesus, que acabam sendo expulsos durante treze anos. Durante esse período, o Pátio do Colégio feito de taipa de pilão, material de pouca resistência, embora durasse um século, ao ser abandonado acabou ruído e desmoronando completamente.

IV – NOVO CONJUNTO DA IGREJA-COLÉGIO

Após o entendimento da cessação de hostilidades, proposto pelo bandeirante Fernão Dias Paes, o futuro “Caçador de Esmeraldas”, os jesuítas regressaram em 1653 e iniciaram a construção de um novo conjunto Igreja-Colégio, sem muitos ornamentos, de forma sólida ampla e funcional.

Seguiram o desenho do arquiteto jesuíta Francisco Dias, que projetou a Igreja de Nossa Senhora da Graça, em Olinda. A construção foi feita com material de barro apiloado e pedra, num estilo padrão jesuítico no Brasil. Não foi construída inicialmente a torre, adaptando posteriormente.

Tinha linhas retas, dando harmonia e equilíbrio estético. A construção era de taipa e pedra, telhado de duas águas, fachada com marcação reticulada, óculo no centro do tímpano, três janelas do coro sob a cimalha real; porta única com molduras de pedra, provida de duas folhas almofadas.

Os jesuítas não construíam suas igrejas com colunas, como no estilo gótico, dando maior visão ao auditório. O púlpito tinha um local de destaque.

Durante um século seguiu a construção, com a contribuição dos devotos, entre as quais estão registradas de duas mulheres no término da fachada e projeção da torre quadrada. Eram de Leonor Góes de Siqueira, viúva do sertanista Luiz Pedroso de Barros e sua filha Angela Siqueira, casada com Pedro Taques de Almeida, capitão-mór da Capitania. Terminaram a obra em 1681.

Além do altar-mór dedicado ao Nosso Senhor Bom Jesus, padroeiro do templo, os altares laterais da nave eram dedicados à Nossa Senhora das Graças, Santa Úrsula, São Francisco Xavier e ao Santo Inácio de Loila (ambos canonizados pelo papa Gregório XV), todas as imagens eram de madeira policromada com lâminas de ouro.

O forro da capela-mór era feito de caixotões com painéis, delimitados por molduras salientes, com ornamentos com altos e baixos relevos.

Segundo o historiador José Augusto Salgado, no livro “Pátio do Colégio” (1976), segundo a escala atual teria uma área de 1.104,73 m².

Em 1653, voltou a funcionar o Colégio com cursos anteriores, como Letras Humanas e de Meninos e mais os cursos de Teologia Moral, para os sacerdotes, além disso, Artes, Filosofia e Retórica. Disponha de volumosa biblioteca, aumentada com a doação do acervo do padre Guilhenne Pompeu de Almeida, que por isso, recebeu o título de fundador, dado também ao bandeirante Amador Bueno da Veiga, benfeitor da Companhia.

Em 1745, iniciaram-se as obras de ampliação do Colégio, incorporando ao edifício principal a ala perpendicular na lateral direita, que

formava um ângulo reto, constituído um edifício de dois pavimentos, numa fachada com dezoito vãos, entre janelas e portas. O telhado começou a desabar e foi reformado. Foi ampliada a altura interna da nave, aumentou-se o pé-direito, que era baixo, sem modificar a fachada.

Na reforma “elevaram a cumeeira, substituindo o madeiramento da cobertura, dando-lhe major dimensão vertical. Em consequência, a empena sobrepujou o remate do frontão, quase encobrindo o pedestal da cruz. Explica-se, assim, a estranha e singular disposição do telhado, exemplo único na arquitetura colonial brasileira.

Ao mesmo tempo, a nave foi enriquecida com a renovação de dois altares colaterais, ambos de madeira policromada, reservando-se um deles para o futuro culto ao venerável José de Anchieta, cuja canonização os devotos aguardavam com fervorosa ansiedade”.³

V – PALÁCIO EPISCOPAL

Em 1746, o bispo secular do hábito de São Paulo, D. Bernardo Rodrigues Nogueira transferiu-se para a Diocese de São Paulo, instituído pelo papa Bento XIV, criando o primeiro bispado e a posse do primeiro prelado.

O bispo, após a celebração e posse na Igreja de São Paulo, foi hospedado pelos jesuítas numa das dependências do Colégio, transformado provisoriamente, em Palácio Episcopal. Surgiu uma grande amizade entre o bispo e seus hospedeiros a ponto do mesmo solicitar em testamento que fosse enterrado na capela-mór do Colégio, fato sacramentado, após sua morte ocorrida em 1748.

Surgiu a necessidade da construção de um palácio residencial do bispado. Por ordem do rei português, D. João V, foi iniciada a construção em 1740, à direita da Igreja-Matriz a casa conhecida como São Pedro da Pedra (num terreno hoje ocupado pela Caixa Econômica Federal, na Praça da Sé).

⁽³⁾ Geraldo Moraes - idem, pág. 30.

O projeto foi feito por um anônimo amador que copiou o plano estrutural do Colégio e Igreja São Paulo, tanto na projeção horizontal, quanto na vertical, com excessão da torre. No entanto, o desenho foi recusado em Portugal (o desenho original encontra-se atualmente na Biblioteca Nacional Ultramarina, em Lisboa), citado pelo historiador José Pedro Leite Cordeiro no seu artigo “Novos documentos sobre o Palácio Episcopal e o 1º Bispo de São Paulo”, in *Coletâneas*, 1954.

VI – PALÁCIO DOS GOVERNADORES

Em 1759, o conflito entre os jesuítas e os portugueses chegou no áuge, durante o governo de D. José I, que além de prender, alguns elementos da Companhia de Jesus, e expulsá-los definitivamente do Brasil, em 1760, confiscou seu patrimônio para a Real Fazenda portuguesa. Sob as ordens do Desembargador Custódio Salazar, proposto do Governador da Capitania do Rio de Janeiro, muitos jesuítas foram presos e torturados. A biblioteca do Pátio do Colégio, assim como seu livro de “Tombo”, “Registros” seguiram para Portugal, onde foram queimados pelo Santo Ofício, que os julgou heréticos e nocivos.

A extinção da Companhia de Jesus ocorreu em 1773, pelo papa Clemente XIV⁴. As perseguições e exílio dos jesuítas do Colégio de São Paulo e de Santos, foi descrito pelo padre José Caeiro, em *De Exílio*, em 1777, manuscrito no acervo da Biblioteca Real de Bruxelas.

Após a expulsão definitiva dos jesuítas, o Colégio de 1765 até 1908, transformou-se no Palácio dos Governadores, servindo de residência a uma centena de governadores, e de três bispos diocesanos, passando por diversas transformações, reformas, tanto interna como externamente.

O primeiro governador, D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, Capitão-General, nele instalou residência, nomeado por Portugal

(4) “De Exílio” do padre José Caeiro, original manuscrito pertencente ao acervo da Biblioteca Real de Bruxelas, datado de 1770 – in *Moraes*, pág. 39.

para restabelecer a autonomia administrativa da Capitania de São Paulo. D. Luiz reformou o edifício, modificando e ampliando suas dependências para transformá-lo num palácio, acrescentando-lhe as prisões do Corpo de Guarda, hospital dos soldados e dos negros, varanda, salões, alcovas, refeitórios, dependências domésticas, teatro, cavalariças, senzala.

Em 25 de agosto de 1770, no salão nobre do antigo Colégio foi realizada uma sessão literária pela Academia Paulista de Letras, conhecida como a “Academia dos Felizes”.

VII – DOCUMENTOS ICONOGRÁFICOS

Nove artistas retrataram o Pátio do Colégio, no período de 1818 a 1860, que despertava a atenção, devido ao conjunto arquitetônico imponente.

O mais antigo desenho que se conhece foi do pintor austríaco Thomas Ender, em 1818, focalizando o Colégio à distância, a Igreja e o casario circundante, o lado direito do Largo.

Depois, em 1826, o artista inglês Charles Landseer, na qual a cúpula da torre da igreja tem um formato cônico. O terceiro desenho é do desenhista e botânico inglês Willian John Burchll. O pintor francês Jean-Baptiste Debret, fez uma aquarela do Colégio modificando-o ao seu critério criativo.

A quinta obra, executada em 1828 pelo pintor francês Armand Julien Pallière. O sexto desenho de 1838, é do pastor norte-americano Daniel Parish Kidder. A sétima obra, de 1847, é do pintor ituano Miguel Arcanjo Benício da Assunção Dutra, conhecido como Miguelzinho.

Em 1850 foi elaborada uma tela pelo artista norte-americano Synder (publicada no livro “Brazil and the Brasilians”, editado em 1857 por Daniel Kidder e James Flecher). O nono e último desenho foi pintado em 1860, pelo pintor suíço, então Ministro da Suíça, Barão Johann Jakon von Tschudi, que o usou no seu livro “Reisen durch Sul-Amerika”, editado

em Leipzig em 1866. Era uma aquarela de um esboço da Igreja e do Colégio e alguns detalhes da praça.

Além desses desenhos, aquarelas e pinturas, existem fotografias feitas em 1861 pelo norte-americano James Fletcher e dos fotógrafos Militão de Azevedo e Pedro Hoehne, ambos com atelier em São Paulo. Foram essas fotografias que serviram de estudo, pelo engenheiro Carlos Alberto Cardim Filho, durante a “reconstrução” iniciada em 1954.

Pelo estudo dos documentos iconográficos encontrados, pode-se descrever o Colégio na época da expulsão dos jesuítas, em 1759, como sendo um edifício de dois pavimentos, com uma fachada de 23,70m., sendo a construção feita de pedra e taipa apiloada, tendo os licerces feitos com fundações de pedra (limonita), assentada em barro, sem junta argamassa, com paredes de grande espessura, pintados com barro branco. Tinha telhado de duas águas, sem calhas, mas com beirais, para evitar que a água destruísse as paredes de barro.

O pavimento da frente tinha austeridade, tinha duas portas, duas janelas quadrangulares e três pequenas janelas retangulares. Em torno das portas tinham largas folhas de madeira e ao rés-do-chão, uma faixa de pedra. Nove janelas no pavimento superior com aros de pedra, ou madeira.

Na parte térrea tinha dezesseis compartimentos, com amplo pátio de distribuição, com acesso ao andar superior por uma escada de madeira, na lateral esquerda. Ali estavam a cozinhar, refeitório, despensa, enfermaria, salas e corredores. Nos fundos as oficinas e alojamentos dos índios e negros, e no pomar um chafariz.

No andar superior, tinha quinze compartimentos e três corredores, onde ficavam os dormitórios ou doze celas, biblioteca, capela, câmara, secretaria e sala capitular. As nove janelas no andar superior tinha as “conversadeiras”, com saliências situadas do peitoral. O mobiliário era simples, com mesas rústicas, estantes, bancos, cadeiras, armários, cômodas, lavatórios, oratórios, entre outros, além do equipamento das oficinas: de carpintaria, sapataria, alfaiataria, ferraria.

O antigo edifício interligava-se ao sobradão adjacente em ângulo reto. Era ali que funcionava o Colégio ou seminário além dos diversos cursos de ensino para religiosos e leigos, lecionados somente pelos jesuítas.

A Igreja obedecia ao tradicional estilo jesuítico, seguindo o projeto da Igreja de Nossa Senhora da Graça de Olinda, feita pelo arquiteto português, padre Francisco Dias. Detalhes não se tem, pois, os registros que estavam no livro de Tompo dos jesuítas, foram destruídos após sua expulsão do Brasil, em 1759.

Poucas peças foram conservadas, parte do altar-mór, seis imagens de madeira policromada (Bom Jesus, Santo Inácio de Loila, São Francisco Xavier, São Stanislau Kostka, São Paulo e Nossa Senhora da Conceição), uma pia de água benta, um lavabo de pedra, uma pia batismal, um emblema ornamental da fachada, ponteiros do relógio da torre, uma coluna de altar, a lápide de Afonso Sardinha e uma pequena urna com os despojos do cacique Tibiriçá.

A construção da Igreja era de pedra e taipa de pilão, material misto que ajudou a sua conservação por mais de dois séculos. As fundações foram feitas com pedra limonita, assentadas com barro e lama argilosa com argamassa. O frontão era simples, de linhas retas com um óculo afunilado na superfície central do tímpano.

A torre, embora não constasse do projeto original, fora construída do lado direito, acha-se recuada cerca de 0,90m do alinhamento da fachada, mostrando a sua adaptação. Construída de pedras, técnica que difere da Igreja, onde se empregou taipa de pilão. Tinha um compartimento de três andares, cada um com 46,90m². Externamente tinha 5,00m de largura por 24,40m de altura. Telhado quadrangular, com cúpula piramidal, com um catavento metálico, com um sol resplandecente, contendo a sigla IHS (Jesus, Hominum Salvador), símbolo da Companhia de Jesus. No terceiro piso estava o relógio.

A arquitetura da Igreja do Pátio do Colégio tem um aspecto da Contra-Reforma: solene, sóbria, despreziosa e simples.

Internamente, além do altar-mór existiam os altares laterais, dedicados: primeiro à Nossa Senhora das Dores, no camarim menor, e no camarim maior à imagem de Jesus Crucificado, que ficava sobre o tabernáculo (essa estátua veio de Lisboa, em 1654, como presente do rei D. Afonso IV de Portugal, na comemoração do primeiro centenário da fundação do Colégio). O segundo altar dedicado à Nossa Senhora Rainha dos Anjos. O terceiro altar, pertencia à Nossa Senhora do Desterro, uma imagem de origem portuguesa de madeira policromada, com 1,54m de altura. O quarto altar consagrado a Nossa Senhora das Graças, imagem de madeira policromada, ocupando o trono no camarim superior, sendo que Santa Úrsula e o Arcanjo São Miguel, dividem entre si, o espaço do nicho inferior.

O quinto altar é dedicado a Jesus, Maria e José (Sagrada Família), com estátua de madeira policromada agrupada, e finalmente o sexto altar era para homenagear a Sant' Ana Mestra, substituída depois, por São Jorge, padroeiro do Senado da Câmara do Regimento Real de Cavalaria, uma imagem de 2,20m de altura, montado num cavalo, elaborado em madeira policromada e ferragens.

VIII – PALÁCIO DOS GOVERNADORES

O Pátio do Colégio passou, depois da expulsão dos jesuítas, ser a sede da província de São Paulo, servindo de residência a uma centena de governadores, entre os quais, três bispos diocesanos. Muitas reformas ocorreram nesse tempo.

Foi também a primeira “Academia Paulista de Letras”, quando, em 20 de agosto de 1770, no salão nobre do Colégio, realizou-se uma festividade literária, conhecida com o nome de “Academia dos Felizes”, acontecimento importante na cultura paulistana.

Durante a permanência do Príncipe D. Pedro, após o grito do Ipiranga, a 7 de setembro de 1822, foi nas suas dependências que o futuro Imperador compôs o Hino da Independência.

Mais tarde, durante o Segundo Império, D. Pedro II hospedou-se diversas vezes em seu recinto, sozinho, outras, com a Imperatriz Tereza Cristina ou com a regente Princesa D. Isabel.

Em 1826, a torre e parte da Igreja ruiu, durante o governo de Jorge Tibiriçá, que aliás fez todo o possível para destruir o antigo prédio e construir um novo. Por cinco anos houve uma luta na Justiça entre a Cúria e o governo, tempo suficiente, para que o abandono do prédio o fizesse ser destruído pelo tempo.

IX – RECONSTRUÇÃO DO PÁTIO DO COLÉGIO

Recentemente, em 1954, quatrocentos anos depois de sua fundação, começou um movimento para a “reconstrução” do antigo Colégio. O modelo seguido seria do terceiro conjunto Igreja-Colégio. Como os livros de Tombo dos jesuítas foram destruídos depois de sua expulsão, o critério usado seriam os documentos iconográficos feitos por artistas da época, como fotos, desenhos, pinturas, aquarelas, feitos no século XIX.

Foi essa preciosa documentação utilizada recentemente na “reconstrução” do Pátio do Colégio, sob a orientação do engenheiro e professor Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, responsável pela direção da obra.

O movimento cívico-religioso para a “reconstrução” do Colégio e da Igreja iniciou-se com José Augusto César Salgado, que logo criou um Conselho Diretor da “Companhia pró-reconstrução”. Pela Lei no. 2.658, de 21 de janeiro de 1954, durante o governo de Lucas Garcez, o terreno situado no Pátio do Colégio, foi devolvido para a “reconstrução” da Igreja e do Colégio. A mesma lei impõe obrigações à Companhia de Jesus à construção do Colégio e da Igreja anexa, ereção da “Casa de Anchieta”, onde ficaria um museu destinado ao jesuíta, deveriam ali, manter cursos, conservar as relíquias do prédio demolido e outras de escavações e pesquisas descobertas. Receberam a importância de dez milhões de cruzeiros para as obras, utilizadas para erguerem o Colégio.

Durante a “reconstrução” foi respeitado todo o material disponível para a reedificação, todos os vestígios, aproveitando as antigas fundações. Assim, procedeu-se a demolição do Palácio do Governo, respeitando-se as paredes de taipa e o torrião. A fidelidade arquitetônica foi seguida, segundo os documentos iconográficos da época.

Em 1969, o então prefeito Paulo Salim Maluf, aumentou a área histórica até 691,10m², pela Lei Municipal nº 7.356, de 19 de janeiro de 1969, possibilitando a reconstrução nas fundações originais.

Em 1970, foi lançada a pedra da nova Igreja de Nosso Senhor Bom Jesus, e em 1974, o prefeito Miguel Colasuonno concedeu um crédito de um milhão de cruzeiros para a continuação da reconstrução. Com a inflação surgiram problemas de ordem financeira. O prefeito Olavo Setúbal urbanizou o sítio histórico, sob a chefia do arquiteto Luiz Gomes Cardim Sangirardi. A Igreja foi construída com material moderno mas, cópia fiel das fotos de 1897, tanto na parte externa, como interna.

Muitas polêmicas surgiram durante as obras. Entre as quais estão outros arquitetos, contrários à “reconstrução”, como Benedito Lima Toledo, também elemento do CONDEPHAAT, como Cardim.

X – PÁTIO DO COLÉGIO: UMA CONSTRUÇÃO COLONIAL EM PLENO SÉCULO (CONCLUSÃO)

O conjunto atual do Pátio do Colégio e da Igreja, não é um setor arquitetônico⁵ considerado histórico, no entanto, a sua importância existe pelo fato de ser um “retrato” vivo, uma lembrança do início de uma cidade,

⁽⁵⁾ **Setores históricos** são conjuntos parciais, isto é, quando é reduzido o seu conjunto total. São zonas dentro de grandes cidades, que permaneceram conservadas na sua essência arquitetônica e envolvidas por zonas movimentadas”. in Regina Kalman “Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis”, pág. 122.

bastante singular, iniciada como um Colégio, e que é hoje a maior metrópole da América do Sul.

Por ironia, a construção dos primeiros dois conjuntos foram construídos com a ajuda de índios liderados pelo cacique Martim Afonso TIBIRIÇA, nos meados de 1554/1556. Três séculos depois, em 1896, o presidente da província de São Paulo, Jorge TIBIRIÇÁ fez todo o empenho em destruí-la, numa longa luta na justiça, quando pelo abandono, pelo tempo, (ou por mãos criminosas?) fora desmorando.

Esperamos que tenham mais Martins “Tibiriçás” para tentar construir e conservar os sítios arquitetônicos que ainda restam nessa grande cidade, hoje vítima da especulação imobiliária galopante, e que vai desfigurando o que algum dia já foi.

O início de uma cidade, futura província e a atual capital do Estado de São Paulo, foi única no país, que se deu em torno da instrução e cultura jesuítica, e agora pode ser visto o Pátio que abrigou durante três séculos o Colégio e a Igreja, que embora não seja o seu prédio de construção original, mas pela semelhança e no próprio local onde se deu o marco histórico, não deixa de ser significativo para o povo bandeirante, por ser sim, um patrimônio cultural da cidade.

BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTOS CONSULTADOS

KALMAN, Regina Dragiça - “Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis”, in *Revista Notícia Bibliográfica e Histórica*, PUCCAMP, Campinas, nº 161 de Abril/Junho de 1996.

MELLO Nilva & MELLO Alexandre – “Vida e Morte da Igreja do Colégio”, in *Revista do Arquivo Municipal*, vol. CI-CCCVII, 1975.

MORAES, Geraldo Dutra - *A Igreja e o Colégio dos Jesuítas de São Paulo*, Prefeitura do Município, SP, 1979.

SCHNEIDER, Roque – *José de Anchieta” seu perfil e sua vida*, Ed. Loyola, SP, 1980.

Arquitetura Religiosa, MEC / IPHAN / USP, vol. 6, SP, 1978.

TAUNAY, Affonso - **Velho São Paulo**, Ed. Melhoramentos, SP, vol. I, S/D.

JORNAIS:

KALMAN, Regina Dragiça - "A História de São Paulo, a partir do Pátio do Colégio", in **Jornal da Cidade**, Jundiaí, SP, 28/01/81.

LEMOS, Carlos - "Em defesa da boa memória da cidade de São Paulo" in **Folha de, São Paulo**, SP, 08/06/1975.

DOCUMENTOS PRIMÁRIOS:

Arquivo do Patrimônio da Prefeitura do Município de São Paulo.

Depoimento feito em 01/07/1980 com o funcionário Otávio Organt, que na ocasião trabalhava há vinte anos no Museu Anchieta.

